A CULPA É DE EVA?

Janaina de Fátima Zdebskyi*

PAIVA, Iara. *A culpa é da Eva?* Águas de São Pedro: Livronovo, 2017.

O livro “A culpa é de Eva?” foi lançado pela editora Livronovo, de Águas de São Pedro, SP, e está disponível em versão impressa e também em eBook pela Amazon. A autoria é de Iara Cecília Paiva, especialista em Ciências da Religião pela Universidade Cândido Mendes. A obra é constituída por 201 páginas e é dividida em oito capítulos, contendo também agradecimentos, introdução, notas e referências bibliográficas ao final.

A introdução é denominada “Para começo de conversa” e segue-se dos capítulos que são respectivamente chamados: “1. O princípio?”; “2. Para entender a importância dos mitos”; “3. Sobre deusas e mães ancestrais”; “4. A criação da Mulher”; “5. As mulheres nas escrituras judaicas”; “6. As mulheres no Novo Testamento”; “7. As mulheres nos escritos apócrifos” e “8. Todas as mulheres e deusas”. O objetivo central do livro consiste de discutir e analisar a trajetória das mulheres nas diversas religiões da antiguidade e demonstrar como sua presença foi negada ou distorcida, bem como investigar a presença de divindades femininas nessas antigas religiões para, dessa forma, propor novas percepções acerca da participação das mulheres do contexto religioso atual.

Para tecer as discussões que objetiva, a autora começa por anunciar que adota uma perspectiva feminista para discutir o empoderamento feminino, tendo como fio condutor a análise da perda da identidade feminina no protagonismo religioso. Assume que esse é um tema

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de História da Historiografia, Arte, Memória e Patrimônio com bolsa CAPES. Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

complexo e, portanto, não seria possível abarcar todas as religiões já existentes e nem construir uma narrativa linear e hegemônica sobre o assunto. Iara Paiva pontua que suas fontes e suporte teórico serão a literatura religiosa - com grande utilização de trechos do Antigo e Novo Testamento durante a obra - bem como a literatura acadêmica, discutidas com perspectiva de análise histórico crítica, no sentido que visa desafiar as perspectivas de que mulheres seriam pecadoras, fontes do mal e inferiores aos homens. Já o recorte temporal adotado vai de “antes da escrita” até o século V Antes de Cristo. Sobre isso, é importante pontuar que a data inicial fica em aberto, além de que a autora utiliza um período bastante longo e não se limita ao século V como período final, visto que tece discussões sobre fontes de períodos mais tardios e mesmo sobre o contexto contemporâneo.

Ao se utilizar das passagens da Bíblia enquanto fontes, a autora cita, primeiramente, as narrativas de Gênesis, sobre a criação do ser humano, além de abordar as menções feitas a deusa Aserá, citada diversas vezes no Antigo Testamento. Ao falar sobre essa divindade cananeia, a autora aponta como presença de uma divindade feminina entre o povo hebreu e faz a importante consideração de que a existência e culto de uma deusa não significa reciprocidade entre os sexos. De fato, essa análise é coerente, visto que, mesmo entre povos que tinham importantes deusas em seu panteão, conseguimos observar uma organização social patriarcal. Apesar disso, é necessário concordar com a autora e reconhecer que a presença de uma deusa na tradição hebraica tem sua importância, sobretudo quando se percebe as dificuldades em banir o culto a essa divindade, como narrado no Antigo Testamento, bem como o fato de que isso nos possibilita desconstruir a ideia de um monoteísmo entre o povo hebreu que teria sido sempre pautado em torno de uma divindade masculina.

Iara Paiva ainda faz uma discussão sobre as teorias em torno da datação e autoria dos livros bíblicos, principalmente fundamentada em Karen Armstrong, uma expoente nesse tema, e afirma considerar a Bíblia como portadora de conteúdos míticos e não enquanto uma descrição de fatos como aconteceram. É sobre este tema que a obra se foca no segundo capítulo, ao discutir as definições e a importância de

narrativas mitológicas, inicialmente afirmando que os mitos seriam uma forma de compreender fenômenos e causas, atribuindo ao sobrenatural aquilo que não se tinha a capacidade de compreender. Existem outras perspectivas acerca desta afirmação, considerando que os povos que vivenciam e compartilham narrativas míticas não necessariamente são incapazes de compreender fenômenos da natureza e suas causas - muitas sociedades antigas que se organizavam em torno de ideias míticas já tinham noções de astrologia, medicina e diferentes práticas que hoje consideramos como científicas. Isso tem a ver com uma discussão feita pela própria Lara Paiva em sua obra, a respeito da mudança do pensamento mítico para o pensamento filosófico e fundamentado na razão. De acordo com a autora, na antiguidade a ciência e a razão não estavam separadas e, logo, os mitos não eram uma incapacidade de compreender as coisas, muito menos podem ser considerados histórias falsas e sem importância. Depois de apresentar essa primeira definição sobre os mitos, passa a tecer considerações de outra perspectiva, inclusive concordando com a crítica exposta acima. A autora aponta a necessidade de não colocar formas de pensamento em detrimento umas das outras, de não contrapor mito e filosofia, por exemplo. Além disso, cita e discute as ideias de Mircea Eliade sobre mitos, autor esse que, apesar de receber diversas críticas, é considerado um grande nome na área de estudos das religiões e, posteriormente também cita Joseph Campbell, outro expoente da área.

A partir disso, e já no terceiro capítulo, a obra foca em apresentar e discutir diferentes e diversas narrativas míticas, debruçando-se em perceber nelas a participação do princípio feminino que é personificado pelas deusas. Nessas discussões, a autora menciona práticas de culto desde o período paleolítico e cita estatuetas femininas e sepultamentos rituais, além de citar deusas consideradas criadoras divinas, como Ísis do Egito. É preciso pontuar que a obra não apresenta nenhuma fonte primária a respeito disso, sejam imagens de iconografias dessas estatuetas ou menção às escavações onde foram encontradas. Só posteriormente a autora cita narrativas, como Enéide de Hiliópolis e os escritos de Plutarco sobre mitologia egípcia e, apesar de citar algumas fontes Egípcias, como o Livro das Pirâmides, o Livro dos Sarcófagos e

o Livro dos Mortos, a autora não desenvolve uma discussão mais profunda sobre elas.

No decorrer dessa discussão, a autora conta, com suas palavras, diversas narrativas míticas e as analisa, mencionando aspectos que se repetem, como o par divino, a trindade divina e a gravidez miraculosa que gera um salvador, por exemplo. É interessante o esforço da autora em conhecer e apresentar diversas mitologias, de diferentes culturas, de Ísis do Egito, Maria Cristã, Maya (mãe de Buda) até a mitologia Tupi falando sobre Ceuci que gera Jurupari. Porém, ao citar essas narrativas, não ficam perceptíveis as fontes da autora, ou seja, em quais documentos ou textos primários sua versão sobre esses mitos está embasada¹.

Ao narrar esses mitos, a autora discute aspectos essenciais que respondem ao seu objetivo inicial, buscando perceber neles a presença e o protagonismo de divindades femininas e das mulheres como geradoras de vida, tanto no ventre como na terra, o poder criador e de fertilidade atribuído ao feminino, mas também seu potencial destruidor que poucas vezes é percebido quando se trata de deusas.

Uma crítica importante feita pela autora é de que, sobre o fenômeno da gravidez miraculosa, é comum aos crentes argumentarem que não se trata de mito quando se referem à sua própria crença, e o oposto quando se refere às crenças alheias. Justamente por isso é tão importante a característica da obra em questão de explorar o feminino em religiões não ocidentais, até mesmo as africanas e indígenas.

Iara Paiva também aponta questões sociais e políticas relevantes, como a imposição da virgindade feminina fomentada pela sociedade patriarcal e fundamentada pela organização de herança paterna. Ainda, é apresentado o contexto social das mulheres gregas, as quais tinham participação fundamental nos cultos, assim como tinham a possibilidade de cultuar a deusa de sua escolha, escolha essa que teria se perdido ao longo da instauração de um monoteísmo em torno do deus hebreu, Iahweh. Essa última análise da autora mostra que, apesar de a presen-

¹ Essa é uma problemática importante, pois os mitos vêm da tradição oral e, a maioria deles só foi registrado por meio da escrita posteriormente, muitas vezes essas narrativas possuem diferentes versões, algumas até mesmo completamente modificadas e distorcidas das fontes primárias, as quais circulam em sites e blogs da internet.

ça de deusas em uma cultura não significar igualdade entre homens e mulheres, ela pode abrir caminhos para a ampliação de participação das mulheres em espaços importantes da sociedade.

Ainda ao discutir sobre os mitos, Iara Paiva afirma que essas narrativas chegam até a atualidade por meio dos livros e também da indústria cinematográfica e, neste sentido, ainda estão presentes entre nós. Não são formas de pensamento que apenas ficaram no passado. Sendo assim, a autora finaliza a discussão sobre esse tema assumindo que não pretende fazer a defesa de que mulheres participem de práticas religiosas, mas sim da possibilidade das mulheres contemporâneas escolherem entre participar ou não de uma tradição religiosa e escolherem aquela que mais as contempla.

Ainda, ao analisar aspectos que se repetem em diferentes narrativas míticas, a autora menciona outros elementos, como as viagens ao inferno² com o objetivo de resgate; a vingança divina por desobediência e a criação de seres a partir do barro. Ao perceber essas repetições, a autora afirma que são raros os mitos que atribuem à mulher a tarefa de ter introduzido o mal no mundo, como é o caso de Eva e Pandora, por exemplo. O mito de Eva e suas diferentes versões é um tema abordado com profundidade na obra, de forma bastante crítica, visto que a autora considera que os mitos da tradição hebraica foram criados por homens e em contextos patriarcais. Logo, foca-se em trazer considerações como de que Adão também tinha conhecimento de que não deveria comer do *fruto proibido*, então, se aceitou comê-lo sem se quer podenrar com Eva, ele não seria inocente pelo *pecado original*. Além disso, uma narrativa onde a mulher é punida por sua ação que levaria à um castigo divino sobre toda a humanidade (expulsão do paraíso), também pode ser uma ferramenta utilizada para conservar o silêncio e a submissão por parte das mulheres.

Nesse sentido, a obra cita outras perspectivas sobre Eva, como de Martha Robles, que considera Eva geradora de vida no mundo. Iara Pai-

² Nem todas as culturas e crenças religiosas têm essa ideia de inferno, geralmente têm se utilizado os termos “mundo inferior” ou submundo” para se referir à esse tema mítico que a autora menciona.

va, cita ainda o mito de Lilith³, que teria sido a primeira mulher de Adão e aparece em documentos judaicos do século XII e também no Alfabeto de Ben-Sira⁴, bem como a passagem bíblica de Gênesis 2:23, onde consta que Deus criou o homem e mulher à sua semelhança – diferente da ideia de criar o homem à sua imagem e semelhança e, posteriormente, criar a mulher da costela do homem -, a qual dá margem para discussões a respeito da origem mitológica de Lilith.

A partir disso, Lara Paiva concentra-se em discutir narrativas sobre mulheres presentes na Bíblia, primeiramente no Antigo Testamento, depois no Novo Testamento, bem como nos escritos apócrifos. No Antigo Testamento, a autora aponta que as mulheres, muitas vezes, apareciam no rol dos bens, como bois e animais, outras vezes eram amaldiçoadas com a esteriedade ou consideradas impuras pela menstruação ou pelo trabalho de parto. Em contrapartida, também são mencionadas mulheres que se destacaram nessas narrativas judaicas, como Débora que foi juíza e profetiza.

Já no Novo Testamento, é feita menção à mulheres como Isabel, a própria Maria, mãe de Jesus, e Maria Madela, sendo que a autora se utiliza dessas passagens para afirmar que Jesus aparece interagindo com mulheres, inclusive estrangeiras e aquelas consideradas *de fama duvidosa*. A respeito disso, a autora destaca que, mesmo o Novo Testamento trazendo uma perspectiva bastante diferente do Antigo, ao mencionar mais mulheres protagonistas de narrativas e até mesmo recebendo as graças de Jesus, não se rompe a ideia de que as mulheres devem ser submissas e de que não devem ter participação ativa nos cultos e ainda, a autoridade masculina continua a ser justificada pelo homem ter sido criado primeiro e ter sido levado a desobedecer à Deus por culpa de Eva.

³ Primeiramente a autora cita um mito sumeriano arcaico, adaptado pelo judaísmo para construir a figura de Lilith, porém não cita que mito seria esse nem de que se trata sua narrativa. Além disso, não encontrei nenhuma menção a isso em outras pesquisas, o que pode ser encontrado são utilizações de iconografias da deusa mesopotâmica conhecida como Inanna ou Ištar como se fosse Lilith, até mesmo como uma tentativa de demonizar essas deusas, como é o caso do artefato denominado “Queen of the Night” que está no Museu Britânico e pode ser acessada no link <http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=1355376&partId=1>.

⁴ Alphabet of Sirach

No capítulo 7, que trata principalmente do conteúdo dos textos apócrifos, a autora aborda a variedade de cristianismos primitivos, sobretudo discutindo a diferença entre os textos ortodoxos, que professavam um só Deus e um só bispo – masculinos –, e os textos gnósticos, que apresentam um Deus criador que não assume uma personalidade estritamente masculina ou feminina e que teria gerado os pares primordiais.

Entre esses textos apócrifos, é citado o Evangelho dos Egípcios, no qual Maria Madalena e Salomé aparecem como protagonistas; o Protoevangelho de Tiago, do fim do século III d. C., onde Maria é exaltada por seus feitos milagrosos e tem grande popularidade e também o mito de criação presente no Livro Secreto de João que afirma que Sofia, um dos *alons* primordiais, teria decidido gerar um ser divino sem a participação do seu par masculino, o que teria resultado em uma criação imperfeita.

O mesmo Livro de João, de acordo com Iara Paiva, descreve uma visão da Santíssima Trindade que teria se revelado como Pai, Mãe e Filho. Essa narrativa faria sentido considerando que, em hebraico, a palavra *espírito* é feminina: *Ruah*. Além disso, no Evangelho de Tomé, Jesus compara José e Maria ao pai da verdade e à mãe Celeste, Espírito Santo. Já o Evangelho de Felipe ridiculariza a ideia de que Maria concebeu sem José, pois sendo o Espírito Santo feminino, Maria não poderia ter sido fecundada por outra mulher.

No capítulo final, a autora discute como diversas mudanças na organização social vieram a segregar as mulheres, principalmente considerando a mudança de um contexto onde mulheres eram exaltadas por poder gerar a vida e passaram a ser inferiorizadas pelo domínio masculino, em contextos onde disputas territoriais, conflitos e tarefas que exigiam força física se tornaram cada vez mais recorrentes, rebaixando até mesmo o feminino nos patões celestes – processo de marginalização do culto às deusas mães. Sobre isso, como a própria Iara Paiva destaca no início da obra, quando se refere à característica de *poder destruidor* de algumas divindades femininas, é importante destacar que são femininas diversas das divindades ligadas à guerra, à força destruidora, à ira e à proteção no campo de batalha, como é o caso de Ištar mesopotâmica, a deusa romana Diana ou a grega Ártemis, Kali indiana e Atena grega.

Sendo assim, o contexto de conflitos e guerras não justifica, de fato, a perda de espaço do feminino nos cultos.

Por fim, a autora volta sua fala para as mulheres de hoje, aquelas que ainda carregam a culpa imposta à Eva, e afirma que não devemos carregá-la, afinal todos(as) já quisemos comer do fruto do conhecimento. Sobre isso, é interessante pensar até mesmo em casos recentes, como do juiz Edilson Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), que considerou a Lei Maria da Penha inconstitucional em várias sentenças por ele expedidas, afirmando que a mulher seria culpada pela desgraça humana, ao provocar a expulsão de Adão do paraíso, afirmando também que “o mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!” para justificar as sentenças favoráveis que expediu à homens agressores. Nesse sentido, é possível perceber que essas narrativas míticas não ficam presas no contexto religiosos e no espaço de culto. Elas tomam espaço no contexto jurídico, social e até mesmo da educação, como podemos perceber nos argumentos utilizados por parte daqueles(as) que são contrários ao debate sobre gênero nas escolas, por exemplo.

Com relação à uma perspectiva do livro em geral, é preciso considerar que faltam citações de fontes e documentos que possam dar confiabilidade para as discussões e análises feitas, bem como muitos dos temas discutidos e teses se repetem ao longo dos capítulos, de forma que seria possível, inclusive, unir alguns dos capítulos e torná-los um só, diminuindo o número de capítulos do livro.

É preciso destacar, sobretudo, que a obra se trata de uma importante contribuição para pensar as mulheres, e mesmo o feminino sagrado, no contexto dos cultos e práticas religiosas. Também traz uma gama bastante vasta de fontes para discussão e responde os objetivos aos quais se propõe inicialmente, principalmente no que tange à pensar como a história de opressão às mulheres nesse contexto religioso e mítico causa repercussões na vida e na participação social das mulheres na contemporaneidade. Além disso, é valoroso o trabalho da autora em conhecer e apresentar narrativas míticas de culturas diversas, bem como de utilizar os textos apócrifos como fontes para pensar a presença das mulheres nessas narrativas, visto que são documentos ainda pouco utilizados para se trabalhar essa temática, que geralmente se restringe à utilização do Antigo e Novo Testamento.